



Rede Social do Concelho de Vila Franca de Xira

---

# Plano de Desenvolvimento Social - 2015-2020

Julho de 2015



## Ficha Técnica

Documento elaborado por:

**Núcleo Executivo do CLAS de Vila Franca de Xira**

Coordenação

**Alberto Mesquita - Presidente da Câmara Municipal**

**Fátima Antunes – Vereadora com o Pelouro da Ação Social**

Vila Franca de Xira, julho de 2015

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Nota de Abertura.....  | 4  |
| Siglas .....   | 5  |
| Introdução .....   | 7  |
| 1 – A Rede Social de Vila Franca de Xira – contextualização e situação atual ..... | 9  |
| 2- A construção do PDS de Vila Franca de Xira 2015 – 2020 .....                    | 13 |
| 3 – Caracterização do Território .....   | 19 |
| 3.1 Enquadramento Territorial .....  | 19 |
| 3.2 Demografia .....   | 21 |
| 3.3 Famílias .....   | 22 |
| 3.4 Educação .....   | 23 |
| 3.5 Habitação .....  | 25 |
| 3.6 Emprego e desemprego .....   | 27 |
| 3.7 Rendimento .....   | 27 |
| 3.8 Empresas e empreendedorismo .....  | 28 |
| 3.9 Justiça, Criminalidade e Segurança .....                                       | 30 |
| 3.10 Saúde .....   | 32 |
| 4- Territórios de Intervenção Prioritária .....                                    | 36 |
| 5 – Prioridades de Ação 2015 – 2020 por eixo de intervenção .....                  | 39 |
| 5.1 Eixo 1: Família e Comunidade .....   | 40 |
| 5.2 Eixo 2: Grupos especialmente Vulneráveis .....                                 | 45 |
| 5.3 Eixo 3: Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional .....            | 47 |
| 6 – Avaliação .....  | 48 |
| Bibliografia .....   | 50 |

## Nota de Abertura

A RSVFX - Rede Social de Vila Franca de Xira, com o presente Plano de Desenvolvimento Social, pretende dotar o concelho de um instrumento de orientação, ao nível do planeamento da intervenção social, que permita aumentar a qualidade de vida de todos os seus habitantes, mediante a utilização racional e eficiente dos recursos disponíveis.

Tendo presente que a Intervenção Social está intrinsecamente ligada quer à Conjuntura Internacional, quer a outras dimensões da Governação, tais como o Ordenamento do Território e Urbanismo, a Economia, a Saúde, a Educação, a Cultura, entre outros, é entendimento da Rede Social de Vila Franca de Xira de que é essencial, não só, perspetivar em conjunto e de forma articulada as futuras intervenções, mas fortalecer as parcerias já existentes e incentivar o surgimento de novas parcerias, uma vez que, a solidariedade social não é uma responsabilidade exclusiva do Estado, mas da Sociedade, ou seja, de todos nós.

Nessa medida, com o presente documento, esperamos contribuir para que Vila Franca de Xira, se torne cada vez mais e, para TODOS, um concelho Inteligente, Justo, Solidário, Sustentável e Inclusivo, na linha do protagonizado pela estratégia de desenvolvimento, vulgarmente, denominada de Estratégia 2020.

O Presidente do CLAS de Vila Franca de Xira

## SIGLAS

AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família  
ACES - Agrupamento dos Centros de Saúde Estuário do Tejo  
ACIS – Associação Empresarial dos concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos  
ACM – Alto Comissariado para as Migrações  
AE – Agrupamento de Escolas  
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular  
AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa  
AIPNE – Associação para a Integração de Pessoas com Necessidades Especiais  
AISC – Associação de Intervenção Social e Comunitária  
AML – Área Metropolitana de Lisboa  
APJ – Associação Projeto Jovem  
APSDC – Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário  
ASBIHP – Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal  
ASE – Ação Social Escolar  
CEB – Ciclo de Ensino Básico  
CEFIPSI – Centro de Formação e Investigação em Psicologia  
CERCIPÓVOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados – Póvoa de Santa Iria  
CERCITEJO – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados - Alverca do Ribatejo  
CFPA – Centro de Formação Profissional de Alverca  
CLAS – Conselho Local de Ação Social  
CLASVFX – Conselho Local de Ação Social de Vila Franca de Xira  
CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social  
CM – Câmara Municipal  
CMAI – Comissão Municipal de Apoio ao Idoso  
CMVFX – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
CPCJVFX – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca de Xira  
CSF – Comissão Social de Freguesia  
CSIF – Comissão Social Inter- freguesias  
DGEstE- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares  
DGRSP – Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais  
DS – Diagnóstico Social  
DSVFX – Diagnóstico Social de Vila Franca de Xira

FENACERCI- Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social  
GIP - Gabinete de Inserção Profissional  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
HVFX – Hospital de Vila Franca de Xira  
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional  
IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
INR – Instituto Nacional para a Reabilitação  
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social  
ISS-IP – Instituto de Segurança Social  
MITHÓS – Associação de Apoio à Multideficiência  
NAT – Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes  
NE – Núcleo Executivo  
NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais  
ONG – Organização Não Governamental  
PDS – Plano de Desenvolvimento Social  
RSI – Rendimento Social de Inserção  
RSVFX – Rede Social de Vila Franca de Xira  
VN – Volume de Negócios

## Introdução

Passadas perto de duas décadas da implementação da Rede Social no Concelho de Vila Franca de Xira, a qual teve lugar em 1998, enquanto projeto – piloto, podemos afirmar que existe uma cultura instituída de trabalho colaborativo e em parceria, que tem contribuído para melhorar substancialmente a articulação entre os diferentes parceiros sociais locais.

A evolução da RSVFX, trouxe consigo a estabilização e uniformização dos procedimentos de comunicação, de planificação, de implementação e avaliação da intervenção, o que tem garantido uma cada vez melhor gestão dos recursos e, simultaneamente, uma maior eficácia na resposta aos problemas das populações.

O documento que agora se apresenta, pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do anterior Plano de Desenvolvimento Social (2011 - 2013), integrando um conjunto de propostas resultantes da conjugação dos problemas identificados no Diagnóstico Social e da reflexão conjunta dos parceiros sociais locais, no âmbito do denominado Focus Group.

Divide-se, basicamente, em quatro partes, a saber:

- Uma primeira parte que visa contextualizar e aludir à evolução da Rede Social de Vila Franca de Xira;
- Uma segunda parte de apresentação da metodologia de trabalho para a construção do PDS;

- Uma terceira parte relativa à caracterização do Concelho, com particular incidência nos territórios de intervenção prioritária, de acordo com a matriz comum proposta pela Plataforma Supraconcelhia da Grande Lisboa, baseada, essencialmente, mas não exclusivamente, em dados estatísticos fornecidos por diversas entidades, com o objetivo de conhecer para melhor intervir.
- Uma quarta parte, que apresenta a metodologia, dos eixos de intervenção, metodologia de implementação e avaliação, numa perspetiva de planeamento prospetivo, estratégico e territorial da intervenção social futura.

## 1 – A Rede Social de Vila Franca de Xira – contextualização e situação atual

O Programa da Rede Social foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro de 1997 e da Declaração de Retificação nº 10-O/98. Sendo regulamentado pelo Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro e pelo Decreto - Lei nº 115/2006, de 14 de Junho.

Este Programa surgiu no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal.

Vila Franca de Xira, aderiu a este Programa em 1998, na fase do projecto-piloto, pelo que detém perto de duas décadas de experiência na articulação e congregação de esforços das redes de solidariedade locais, o que trouxe mais-valias assinaláveis no âmbito das respostas às nossas populações.

O Programa da Rede Social, no âmbito do legalmente estipulado, materializa-se a nível local através das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-Freguesia (CSF/ CSIF) e dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de Freguesia e Concelho.

O CLASVFX - Conselho Local de Acção Social do Concelho de Vila Franca de Xira, foi criado em 2000 e é actualmente constituído pelas seguintes entidades:

- Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz;
- Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;
- Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras;
- Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa;
- Junta de Freguesia de Vialonga;
- Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
- Hospital de Vila Franca de Xira;
- ACES - Agrupamento dos Centros de Saúde Estuário do Tejo;
- ISS- IP - Instituto da Segurança Social – Serviço Local de Vila Franca de Xira;
- DGRSP - Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais;
- DGEstE- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa
- ACIS - Associação Comercial, Industrial e Serviços dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos;
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- CPCJ de VFX - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca de Xira;
- AISC - Associação de Intervenção Social e Comunitária;
- CERCIPÓVOA – Representante dos Estabelecimentos de Ensino Especial;
- Comissão de Reformados e Idosos de Alverca - Representante das Comissões de Reformados do Concelho;
- GNR Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira;
- PSP – Polícia de Segurança Pública
- Sociedade Central de Cervejas e Bebidas SA;
- Conselho para o Desenvolvimento Sustentado do Hospital de Vila Franca de Xira.

O Núcleo Executivo, no âmbito do estatuído no artigo 27.º do Decreto – Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, é constituído obrigatoriamente por representantes da Segurança Social, da Câmara Municipal e de uma entidade sem fins lucrativos, que no Concelho de Vila Franca de Xira é a AISC. Para além destas entidades integram o nosso Núcleo Executivo, por deliberação do CLASVFX, um representante da CPCJ de Vila Franca de Xira, um representante da DGEstE e um representante das Juntas de Freguesia.

No âmbito da reorganização administrativa do território nacional, decorrente da entrada em vigor da Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro, o mapa concelhio de Vila Franca de Xira, passou a ser composto por seis Freguesias, e por consequência, por seis Comissões Sociais de Freguesia, que correspondem, cada uma delas, aos limites territoriais de cada uma das Freguesias.

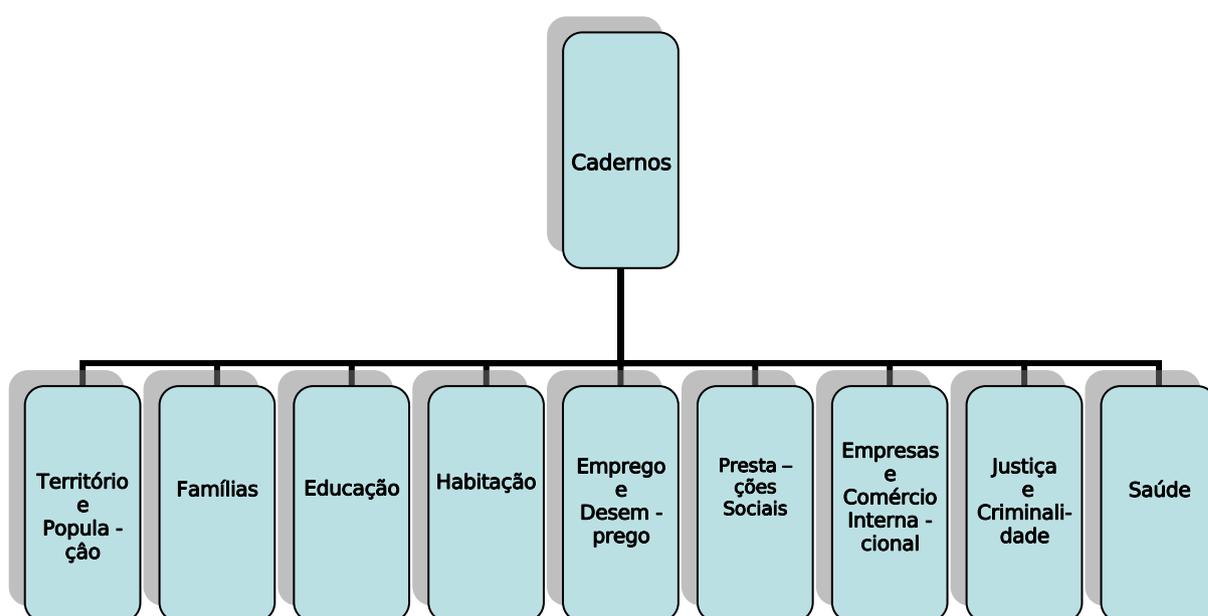
A nível supraconcelhio, organiza-se em plataformas territoriais com base nas actuais 28 NUT III, o concelho de Vila Franca de Xira pertence à Plataforma Supraconcelhia da Grande Lisboa.

Os documentos estratégicos enquadradores da Intervenção da Rede Social são o Diagnóstico Social (DS) e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Concelho, que contém as linhas estratégicas de atuação para o combate à pobreza e exclusão social e à promoção da inclusão e coesão sociais.

O Diagnóstico Social, é um instrumento dinâmico, sujeito a atualização periódica, que visa permitir o conhecimento e a compreensão da realidade social, através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e

constrangimentos locais. Trata-se de um retrato da realidade concelhia.

O Diagnóstico Social de Vila Franca de Xira, encontra-se estruturado em nove áreas temáticas e tem vindo a ser elaborado sobre a forma de Cadernos Temáticos, os quais têm sido apresentados e aprovados em sede de CLASVFX, processo que culminou durante o ano de 2015.



O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, são momentos de um mesmo processo, indissociáveis um do outro. Com o PDS procura passar-se de um nível de informação, para um nível de decisão, permitindo fazer opções que visam estruturar todo o processo de mudança social dos territórios.

No Concelho de Vila Franca de Xira, o primeiro DS foi elaborado em 2002 e o primeiro PDS data de 2005, este último com vigência até ao final de 2010. Posteriormente, foi elaborado um novo PDS, com vigência até 2013, a qual foi prolongada até 2015, em sede de CLAS.

Face à atual conjuntura socioeconómica internacional, assiste-se ao surgimento de referenciais de desenvolvimento Europeus e Nacionais cujo marco temporal é 2020, nessa medida, decidiu o CLASVFX, fazer coincidir, o atual PDS, temporalmente e estrategicamente, sempre que possível, com o plasmado nesses mesmos documentos.

## **2- A construção do PDS de Vila Franca de Xira 2015 – 2020**

A Rede Social tem como premissa fundamental o envolvimento e a participação dos agentes sociais locais quer ao nível do diagnóstico dos problemas e necessidades, quer na procura e implementação de respostas/soluções, mas também na sua monitorização e avaliação.

O Plano de Desenvolvimento Social é, como já foi referido anteriormente, um documento orientador da intervenção social futura.

A elaboração do atual Plano de Desenvolvimento Social decorre da necessidade de se proceder à atualização do documento anterior, adequando-o às novas realidades e aos novos desafios, por forma a responder de uma forma mais eficaz e eficiente aos nossos munícipes.

Com base nesta premissa a Rede Social de Vila Franca de Xira, decidiu adotar como uma das metodologias de trabalho para a

construção do atual PDS, o Focus Group, um método qualitativo de pesquisa.

Nessa medida as entidades parceiras foram chamadas a pronunciar-se sobre as estratégias de intervenção social, consideradas necessárias e pertinentes, para os seus territórios, mediante a utilização da Técnica dos Seis Chapéus do Pensamento de Edward De Bono.

Trata-se de um modelo criado nos anos 80 que permite explorar vários pontos de vista para uma decisão.

Edward De Bono, explica o processo do pensamento separando os elementos constitutivos do mesmo em emoções, informação, lógica, esperança e criatividade, pelo que, usando um determinado chapéu pensante, cada pessoa assume um papel e age “como se” tivesse uma determinada perspetiva.

A cor atribuída a cada um dos chapéus, serve de mnemónica para descrever a perspetiva da pessoa que adota aquele chapéu específico, a saber:

- Branco: neutro e objetivo, baseado nos factos e números
- Vermelho: visão emocional e intuitiva
- Preto: cuidado e precaução
- Amarelo: otimismo, pensamento positivo
- Verde: criatividade e novas ideias
- Azul: calma, organização.

Os principais benefícios do método dos Seis Chapéus de Pensamento são:

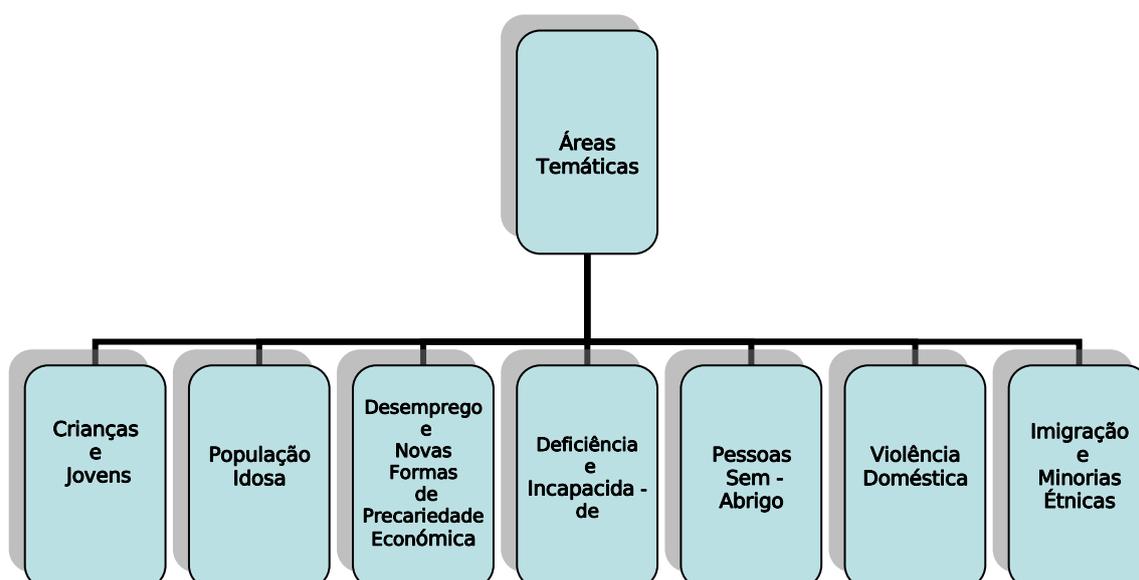
- Permitir dizer algo sem risco
- Consciencialização sobre a existência de perspetivas múltiplas no assunto

- Mecanismo útil para "mudar perspetivas"
- Regras para o jogo de pensamento
- Concentração
- Criação de mais pensamentos criativos
- Melhor Comunicação
- Melhor tomada de decisões

Com esta metodologia, pretendeu-se alargar o espaço de reflexão a outros agentes da Comunidade, incentivando o surgimento de novas parcerias e o aprofundamento das já existentes, abrindo caminho para o planeamento concertado e comprometido e também possibilitar o surgimento de visões mais alargadas e mais criativas, ao nível da intervenção social futura.

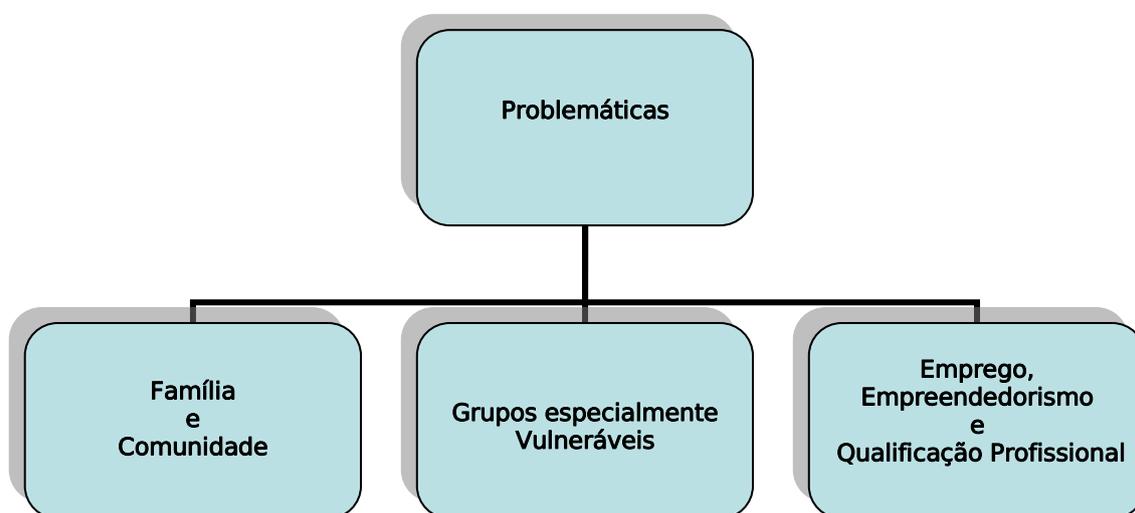
Foram organizadas treze sessões distintas, por forma a cobrir a totalidade do concelho, de acordo com uma calendarização e temática pré-definida.

Em todos os territórios, as entidades que intervêm junto das Comunidades foram convidadas a abordar cada uma das seguintes áreas temáticas:



Nestas sessões, participaram 187 pessoas, detentoras dos mais diversos percursos académicos e profissionais, o que se veio a revelar uma mais-valia.

Após análise dos contributos recolhidos em cada uma das treze sessões, foi decidido pelo Núcleo Executivo agrupar as problemáticas identificadas, em três eixos, a saber:



- **Família e Comunidade** (Crianças e Jovens, Idosos, Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidades);
- **Grupos especialmente Vulneráveis** (Sem-Abrigo, Violência Doméstica, Imigrantes e Minorias Étnicas);
- **Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional.**

Esta escolha teve em consideração as variáveis trabalhadas nos diversos cadernos temáticos, que compõem o Diagnóstico Social concelhio e as prioridades definidas em três documentos estratégicos, a saber: Estratégia Europa 2020, Acordo de Parceria – Portugal 2020 e Programa Nacional de Reformas 2020.

Em termos de síntese, as principais problemáticas identificadas em cada um dos eixos foram as seguintes:

## Problemáticas por Eixo

### Família e Comunidade

- Insucesso e abandono escolar precoce
- Destrução familiar, aumento das famílias monoparentais
- Falta de competências parentais
- Desemprego e/ou baixos salários dos progenitores
- Dificuldade na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar
- Incidência de problemáticas do foro mental nos jovens e idosos
- Falta de apoios as crianças NEE e respetivas famílias
- Insuficiência de respostas promotoras de autonomia para pessoas portadoras de incapacidades, ao nível das acessibilidades, habitação e emprego
- Envelhecimento da população
- Degradação da condição económica do idoso
- Aumento dos idosos isolados, das respetivas dependências e complexidades dos casos
- Resposta concelhia insuficiente ao nível das Unidades Residenciais
- Dificuldades dos idosos no acesso à Saúde e Cultura, por motivos económicos
- Desvalorização da diversidade cultural das minorias étnicas
- Dificuldades na validação das qualificações por parte dos imigrantes

### Grupos especialmente vulneráveis

- Existência de Sem – Abrigo
- Ausência de Centros de Acolhimento concelhio para Sem – Abrigo e vítimas de violência doméstica
- Ausência de habitações sociais destinadas a Sem – Abrigo e vítimas de violência doméstica
- Escassez e mau estado dos balneários públicos
- Escassez de grupos multidisciplinares de apoio psicossocial aos Sem – Abrigo e vítimas de violência doméstica
- Ausência de equipas multidisciplinares de emergência
- Ausência de projetos sociais que visem o aumento das qualificações dos Sem – Abrigo e vítimas de violência doméstica e que promovam a sua integração social
- Lentidão no processo de aplicação de medidas cautelares juntos dos agressores no âmbito da violência doméstica
- Promoção de ações de sensibilização destinadas à população em geral, especialmente, os jovens, sobre as várias vertentes da violência doméstica
- Apoio à implementação de projetos de vida autónomos em alternativa à institucionalização nos casos de pessoas com incapacidades

### Emprego, Empreendedorismo e Qualificação Profissional

- Elevadas taxas de desemprego
- Precariedade do emprego
- Baixos rendimentos
- Baixa autoestima e desorganização pessoal e/ou familiar
- Deficiente compatibilidade entre as ofertas formativas e as necessidades do mercado de trabalho
- Falta de investimento nas atividades produtivas
- Subsidiodependência geracional
- Desresponsabilização social dos beneficiários de apoios sociais
- Dificuldades no acesso à cultura, bem-estar e lazer

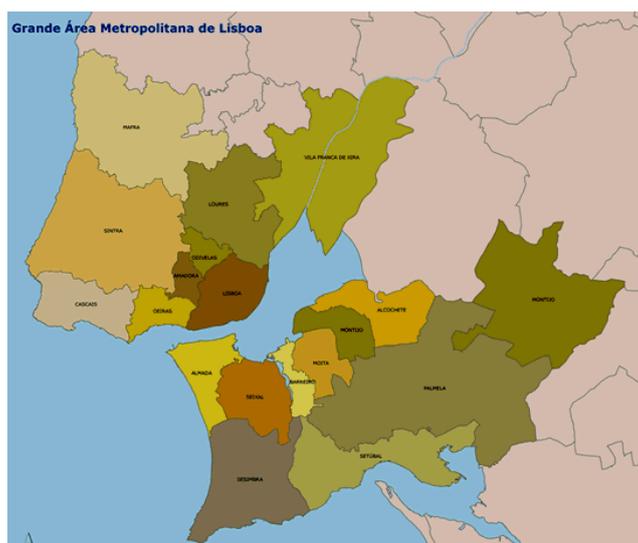
Após a identificação das principais problemáticas e efetuado o enquadramento das mesmas por eixo, importa caracterizar o concelho de modo a que a definição e implementação de estratégias de intervenção, sejam adaptadas às características específicas do território e da população aí residente.

### 3 - Caracterização do Território

#### 3.1- Enquadramento territorial

O concelho de Vila Franca de Xira é um dos 16 concelhos que compõem o distrito de Lisboa, que do ponto de vista estatístico está integrado na NUTS III – Grande Lisboa e é um dos 18 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

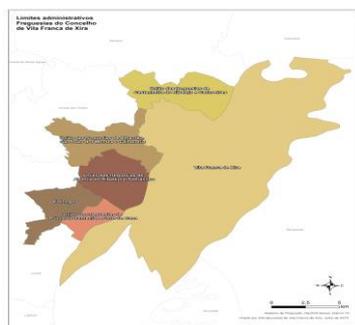
A AML é composta pela totalidade dos concelhos, que constituem as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal.



Área Metropolitana de Lisboa – divisão por NUTS III e Municípios (INE)

## Plano de Desenvolvimento Social de Vila Franca de Xira 2015 - 2020

Com uma extensão total de 317,7 Km<sup>2</sup>, o concelho, após a reorganização administrativa do território, de acordo com a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, passou de onze para seis freguesias, a saber: Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz; Alverca do Ribatejo e Sobralinho; Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; Vialonga; Vila Franca de Xira.



De acordo com dados estatísticos referentes ao ano de 2011, o concelho apresenta uma densidade populacional média de 430 habitantes por Km<sup>2</sup>, num total de 144.123 residentes.

O concelho é dividido pelo rio Tejo em três áreas de características distintas:

- Zona oriental - constituída por planícies, lezírias e mouchões, pouco povoada, na qual predomina a exploração agrícola e a criação de gado;
- Zona ocidental – caracterizada pela faixa litoral onde predominam as principais indústrias e os maiores núcleos urbanos;
- Área interior - caracterizada pela sua ruralidade, com especial predominância da pequena propriedade.

### 3.2 – Demografia

Segundo as projeções do INE a população no concelho de Vila Franca de Xira sofreu um aumento de 40.552 habitantes entre 1991 e 2009. Em 2009, estimava-se que residiam no concelho 144.123 habitantes, sendo que 70.662 eram homens (49,0%) e 73.461 mulheres (51,0%).

Entre 2001 e 2011 a população aumentou, sendo a taxa de crescimento efetivo de 10,76%. A par deste registaram-se taxas de crescimento natural de 1,36% e de crescimento migratório de 1,33%. Relativamente à estrutura etária verifica-se que existe uma tendência para o envelhecimento demográfico, sendo que face a 2001, a percentagem de idosos aumentou, situação que também se verifica relativamente à percentagem de jovens, a qual tem vindo a crescer de acordo com dados de 2011.

Contudo, importa referir que se mantém a capacidade de inversão da tendência de envelhecimento, uma vez que o número da população mais jovem (17,18%) permanece superior à percentagem da população idosa (13,51%). Refira-se ainda que o índice de dependência, tanto de jovens como de idosos, em idade ativa tem vindo a aumentar.

No âmbito da população estrangeira, verificou-se um aumento de 37%, comparativamente a 2001, sendo que em 2011, os estrangeiros representavam 5,32% da população, com maior incidência na nacionalidade brasileira.

No domínio dos movimentos pendulares constatou-se que em 2011, o peso das movimentações intraconcelhias (35,97%), juntamente com a população que entra no concelho para trabalhar/estudar (10,44%)

resulta num balanço positivo (46,41%), suplantando o peso da população que sai do concelho para trabalhar/estudar (30,70%).

### 3.3 - Famílias

Na última década, entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento de 17,98% no número de famílias, sendo que a dimensão média da família (2,7% - 2,5%) decresceu no período homólogo. Comparativamente a 2001, em 2011 constatou-se que a percentagem de famílias com jovens menores de 15 anos decresceu em 0,85%, contrariamente, ao aumento de 2,66 % de famílias com idosos a cargo.

Verificou-se igualmente um aumento de 4,04% das famílias unipessoais, as quais passaram a representar 26,28% do total das famílias residentes no concelho. Os idosos a residirem sós, representavam, cerca de 36,28% do total de pessoas a residirem sozinhas, verificando-se um decréscimo de 1,75%, comparativamente a 2001.

Relativamente ao núcleo familiar, em 2011 a percentagem de casais com filhos era de 51,19%, verificando-se uma diminuição de 8% face a 2001. Por sua vez, constatou-se um aumento de 4,41% na existência de núcleos monoparentais, os quais representavam 14,46% das famílias em 2011.

Numa leitura geral, nas famílias com pessoas ativas continuam a predominar os empregados, mas a proporção de empregados, por família, decresceu, principalmente, nos centros urbanos.

### 3.4 - Educação

Relativamente à escolaridade da população residente, em 2011, o nível mais representativo da população era o ensino básico (50,36%), seguido do secundário (22,55%) e do ensino superior (15,23%). Este último registou um aumento de 4,46% em relação a 2001.

A taxa de analfabetismo em 2011, foi de 3,1%, tendo decrescido 2,3% face a 2001.

Apesar do ensino básico ser o predominante em todos os grupos etários, verificaram-se algumas exceções, a saber: no grupo dos menores de 15 anos, prevalece o nível de escolaridade incompleto e no grupo etário dos 25-29 anos, predomina o ensino secundário.

Por sua vez, o ensino superior ganha maior peso no grupo etário dos 25 aos 44 anos, constatando-se que as gerações que nasceram no último quartel do século XX, possuem maior nível de escolaridade. Neste nível de ensino, as áreas mais representativas são: o comércio e administração (bacharelato e licenciatura), as ciências sociais e do comportamento (mestrado) e saúde (doutoramento).

A população idosa, seguindo-se à população com menores de 15 anos apresentava, em 2011, o menor nível de escolaridade.

No âmbito dos estabelecimentos de educação e ensino, verificou-se, no ano letivo de 2013/2014, a existência de 130 estabelecimentos de educação e ensino, dos quais 88 são estabelecimentos públicos e 42 privados, distribuídos pelos seguintes níveis:

- Educação pré-escolar – 62;
- 1º CEB – 41;

- 2º CEB – 11;
- 3º CEB – 11
- Ensino secundário – 5.

De salientar que as taxas de retenção e desistência têm vindo a diminuir em todos os níveis de ensino.

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), a par das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), são uma resposta social às crianças e às famílias, assegurada pelo Município de Vila Franca de Xira, mediante o estabelecimento e parcerias com os Agrupamentos de Escolas, IPSS e Associações de Pais e Encarregados de Educação, que contam com uma taxa de adesão em crescimento.

Dando cumprimento ao legalmente estabelecido o Município, constituiu o Programa da Ação Social Escolar (ASE), que se traduz em medidas para atribuição de apoios socioeducativos, como apoio à aquisição de manuais escolares, material escolar, visitas de estudo, suplementos alimentares ou refeições em refeitórios escolares.

No ano letivo 2013/2014, 33,8% dos alunos da educação pré-escolar e do 1.º CEB foram abrangidos pela ASE.

Para além do Programa da ASE e à semelhança de anos anteriores, no ano letivo 2013/2014, o Município apoiou ao nível do transporte escolar 1.483 alunos, assegurou orientação escolar e profissional a cerca de 190 alunos e continuou a apoiar as Bibliotecas Escolares, atualizando e tratando o respetivo Fundo Documental.

### 3.5 – Habitação

Entre 2001 e 2011 há a registar, ao nível do número de alojamentos e edifícios um crescimento - taxa de variação de 20%. A densidade habitacional aumentou de 169 alojamentos/km<sup>2</sup> em 2001, para 204 alojamento/km<sup>2</sup> em 2011.

Relativamente a regime de ocupação, em 2011, 73% dos alojamentos clássicos de residência habitual, eram dos proprietários ou coproprietários, sendo que 21% dos alojamentos clássicos de residência habitual eram dos arrendatários ou subarrendatários.

Em termos de estacionamento, 63,30% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, não possuem estacionamento / parqueamento ou garagem.

No plano das acessibilidades, apenas 39% dos edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, possuem entrada acessível a cadeiras de rodas, sendo que nos edifícios com mais do que 1 piso, 59,5% não tem elevador que permita a deslocação até ao alojamento.

No ano de 2011 o volume total das carências habitacionais quantitativas era de 1.741 alojamentos, menos 25,2% do que em 2001 (2.329 alojamentos) contudo, a taxa de cobertura respetiva (quociente entre os alojamentos vagos disponíveis no mercado e o total das carências habitacionais) era de 163,3%. Desta forma, conclui-se que não existiam carências habitacionais em termos quantitativos no concelho.

No que diz respeito a licenciamentos, em 2011 o concelho aprovou em média 3,1 pavimentos por edifício e 5,5 divisões por fogo.

No âmbito das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), em 2014, estavam identificadas 44 áreas.

Para fazer face a esta realidade, a CMVFX desde 2000, procedeu à emissão de 33 alvarás, que representam 1.090 fogos, em habitações cuja tipologia predominante é a unifamiliar.

Em matéria de habitação municipal constata-se que, em junho de 2014, o município detinha um património habitacional social composto por 1.116 fogos e 334 edifícios.

Destes, 1.002 alojamentos estão distribuídos por 26 bairros, sendo os restantes 114 fogos dispersos. De salientar, que 129 fogos situam-se em 4 bairros construídos no âmbito do PER e de gestão da Promocasa.

Em termos de tipologia verifica-se a predominância dos fogos T2 e T3 - 75,8%. A tipologia T4 representa 7,3% do total dos fogos.

Em 2014, 56% dos fogos provieram do PER, por conseguinte 71,83% dos edifícios do parque habitacional são de gestão PER e os restantes 26,17% de bairros transferidos do IGAPHE.

Relativamente à população em condição de sem abrigo, em julho de 2015 estavam identificadas 56 pessoas, nesta condição.

Maioritariamente, são homens (58%), entre os 36 e os 65 anos de idade, de nacionalidade portuguesa (58%), detentores do ensino básico (33%).

Cerca de 78%, afirmam encontrar-se nesta condição há menos de 1 ano. A principal causa desta condição é o alcoolismo (38%), seguido da toxicodependência (17%), e outros motivos, tais como: desemprego, saúde mental, documentação irregular, etc.

### 3.6 - Emprego e desemprego

Em 2011, a população ativa (65,17%) era superior à população inativa (34,83%). Os ativos são, maioritariamente, homens (50,34%) e, os inativos, maioritariamente, mulheres (57,54%).

Em relação aos níveis de empregabilidade há a registar um decréscimo de 4,6% face a 2001, sendo que em 2011 a percentagem de população empregada era de 88,7%.

Relativamente aos setores de atividade económica, a maior percentagem de população empregada (79%) concentra-se no setor terciário, seguida do secundário (20%) e primário (1%).

### 3.7 - Rendimento

Em 2011 o principal meio de vida da população provinha do trabalho (57,87%), tendo reduzido 2,3% face a 2001, por sua vez, o meio de vida proveniente de reforma/pensão aumentou 2,74% face a 2001, para os 20,47%. É o género masculino que predomina nos rendimentos provenientes do trabalho, ao contrário do feminino, no qual predomina o rendimento proveniente das reformas / pensões.

Em termos de Segurança Social, há a registar, no período compreendido entre 2009 e 2013, um decréscimo de 6,4% nos beneficiários ativos. No mesmo período, relativamente aos pensionistas ativos verifica-se um aumento de 12,8% referente a prestações de velhice, um aumento de 4,8% nas pensões de sobrevivência e um decréscimo de 5,9% nas prestações de invalidez. Em 2012 verificou-se que, por cada 1.000 habitantes em idade ativa, existem 248,18 pensionistas.

Relativamente às prestações de desemprego da Segurança Social, assiste-se a uma predominância do género masculino (51,2%), sendo que no período entre 2005 e 2013 os beneficiários aumentaram 41,1%.

Quanto ao rendimento social de inserção (RSI), em 2013, existiam no concelho, 1.216 famílias beneficiárias, cujo valor médio/ família era de 213,8€, tendo-se verificado um aumento de 209% face a 2005.

Ao nível das prestações familiares da Segurança Social, em 2013, existiram 10.159 beneficiários de abono de família. De salientar que, entre 2010 e 2013, verificou-se uma redução de 44% dos beneficiários deste tipo de apoio.

De realçar o aumento de 1.215% dos beneficiários de complemento solidário para idosos (CSI), entre 2006 e 2009, sendo que em 2013 foram registados 1.385 beneficiários de CSI.

### **3.8 – Empresas e empreendedorismo**

Quando se fala de indicadores de empresas e estabelecimentos, importa referir que em 2011 identificaram-se 11.690 empresas sedeadas e 12.208 estabelecimentos (96,7% possuem a sede da empresa localizada no concelho), embora se tenha registado um decréscimo de 6%, entre 2008 e 2011. Em termos de empresas individuais verificou-se, em 2011, um registo de 69,2%, em contraposição com os 30,8% da sociedade. De realçar que 96,2% são micro empresas (com menos 10 pessoas ao serviço).

Entre 2008 e 2010, registou-se uma redução de 9,2% do pessoal ao serviço nas empresas, sendo que em 2011, tanto nas empresas

sedeadas, como nos estabelecimentos verifica-se em termos de indicador “pessoal ao serviço” a empregabilidade média de 3,7 pessoas.

O volume de negócios (VN) por empresa sedeada, em 2011 foi na ordem dos 325,2 milhares de €, tendo decrescido 14,34% comparativamente a 2008. De realçar que as 4 maiores empresas sedeadas no Concelho concentram 23,25% do VN total, situação que se agrava desde 2006.

A produtividade aparente do trabalho tem vindo a aumentar face a 2008, traduzindo-se em 21,6 milhares de € por indivíduo empregado, sendo um dos indicadores, a utilização extensiva de mais fatores produtivos ao invés da gestão e otimização de recursos humanos tendencialmente mais qualificados.

Comparando as taxas de natalidade e mortalidade empresariais, registo, em 2011, para 14,02% e 21,02% respetivamente. A taxa de iniciativa empresarial é de 22,2% por cada 1.000 residentes ativos.

Relativamente a empresas por área de atividade, destacam-se o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos, com o maior número de empresas (21,5%).

As secções que mais pessoas ao serviço possuíam eram as atividades administrativas e os serviços de apoio com 20,4%. A indústria transformadora era a 2ª com mais pessoal, apresentando grande capacidade empregadora.

Em termos de produtividade, a área de atividade que melhores resultados apresentou foi a indústria transformadora, com 41,5 milhares de €/pessoa ao serviço.

Ao falar do comércio internacional importa referir que o volume de importações, em 2012, foi superior ao volume de exportações. Entre 2004 e 2012 registou-se um decréscimo de 24% e 15,85% nas exportações e importações dos operadores respetivamente.

### **3.9 – Justiça, Criminalidade e Segurança**

Entre 1993 e 2013 registou-se um aumento das participações em 69%, sendo que no ano de 2013 a PSP registou 70% e a GNR 29% dos crimes.

Por categoria de crime, a maior incidência recai nos crimes contra o património (53%), seguido dos crimes contra as pessoas (26%).

De registar que entre 2010 e 2012, os crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogos aumentaram (59,7%). Em 2013, registaram-se 401 participações pelas autoridades policiais - valor global médio de 33 participações por mês. Relativamente ao ano de 2012 registou-se um decréscimo de 1,5%.

Neste tipo de crime, 89% das vítimas são do sexo feminino, maioritariamente, pertencentes à faixa etária acima dos 25 anos de idade.

Sendo que 80% dos agressores são os cônjuges, seguido dos ex-cônjuges (13%).

De acordo com as fontes policiais, em 2013, a taxa de criminalidade situou-se nos 27,7%, tendo aumentado cerca de 1,7% entre 2008 e 2013. Os crimes de maior relevo foram os de roubo por esticção, na via pública.

No que diz respeito a utentes do Hospital de Vila Franca de Xira, registo para uma redução no número de vítimas de agressões, entre 2011 e 2013.

Em agosto de 2014, no campo de ação da reinserção social, ao nível das penas e medidas na comunidade de âmbito penal, registo para 491 punições e 20 em medidas tutelares educativas, com maior relevo para as SMT - Substituição de Multa por Trabalho a Favor da Comunidade (38,5%). O sexo masculino regista 95% das penas.

A tipologia das penas incide maioritariamente nos crimes rodoviários (28,6%), seguidos dos furtos e roubos (24,3%) e violência doméstica e ofensas à integridade física (11,4%).

No âmbito do programa Escola Segura, registo para um aumento da violência escolar, entre 2011 e 2013, verificando-se a subida de 33 para 75 ocorrências criminais, sendo que as vítimas pertencem, maioritariamente, ao sexo masculino.

Em 2013, estavam ativos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens 609 processos (valor mais alto desde 2008), registando-se um aumento de 101% no período entre 2008 e 2013, com especial enfoque na negligência e nos maus tratos psicológicos ou indiferença afetiva, infligidos a crianças / jovens entre os 11 e os 14 anos de idade e os 15 e os 17 anos de idade, maioritariamente, do sexo masculino.

A medida de promoção e proteção mais aplicada foi o apoio junto dos pais, por sua vez, o motivo principal de arquivamento dos processos foi a situação de perigo já não subsistir (25%).

### 3.10 - Saúde

Ao falar de saúde, importa salientar que em 2012 a taxa bruta de natalidade foi de 10,2%, tendo registado um decréscimo de 2,7% face a 2001 e que a taxa de fecundidade geral foi de 40%, a qual registou também uma redução, face a 2001, de 6,1% o que aponta para um decrescimento de nascimentos nas mulheres em idade fértil.

De referir que entre 2001 e 2012, verificou-se uma redução das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 30 anos e por sua vez registou-se um aumento nos grupos etários mais elevados, o que aponta para um adiamento da maternidade, ou seja o grupo etário com maior registo de nascimentos é o dos 30-34 anos.

No que diz respeito ao índice sintético de fecundidade, o valor em 2011 era de 1,6 crianças por mulher.

Por sua vez, a taxa bruta de mortalidade foi de 7,4% tendo reduzido, face a 2001, 7,5%. Em termos da infância, a taxa era de 3,54% tendo reduzido comparativamente a 2001.

Como principais causas de morte, em 2011 surgem as doenças do aparelho circulatório (34,3%), os tumores malignos (26,6%) e as doenças do aparelho respiratório (7,6%).

Relativamente às doenças crónicas mais frequentes de salientar que em 2012, 11,53% do total da população inscrita nas unidades de saúde do concelho era hipertensa, 3,38% possuía diabetes tipo 2, 0,37% possuía diabetes tipo 1 e 1,0% foi diagnosticada com neoplasias malignas, nomeadamente neoplasias malignas da mama e da próstata.

Em termos de incapacidades e dificuldades da população residente, em 2011, nos indivíduos com 65 ou mais anos, a principal dificuldade era andar ou subir escadas, sendo que 60% dos indivíduos que mencionaram possuir pelo menos uma dificuldade residiam em edifícios não acessíveis à circulação de cadeiras de rodas. Em termos percentuais estas dificuldades são seguidas da dificuldade em ver e dificuldades de memória ou concentração.

Em 2012, 84% dos indivíduos avaliados por Junta Médica pelo ACES Estuário do Tejo, possuíam grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Face aos acidentes com vítimas, registo em 2012, para 2,3 acidentes por cada 1.000 habitantes, numa média de 375 ocorrências por ano. No acesso a cuidados de saúde regista-se a existência de 1,5 médicos e de 3,7 enfermeiros por cada 1.000 habitantes.

Em 2011, registo de 85,1 internamentos e 1,8 camas nos estabelecimentos de saúde por cada 1.000 habitantes.

O número de consultas médicas por habitante era de 2,7 e a taxa de ocupação de camas 76,5%.

No que diz respeito ao Hospital Vila Franca de Xira, verificou-se na última década a redução de médicos e o aumento de enfermeiros.

Em 2012, as consultas com maior afluência foram as de oftalmologia e ortopedia, ambas com 26% do total de consultas externas. Por sua vez, a medicina interna e a ortopedia registaram o maior número de altas no internamento, assim como, a cirurgia geral, obstetrícia e pediatria.

Em 2011/2012 observou-se um aumento de 135% nos utentes em lista de espera para as consultas externas, a par do aumento dos tempos de espera para as respetivas consultas. Também o número de utentes inscritos para cirurgia aumentou 37% em 2011/2012 e 15% em 2012/2013.

Em contraposição aos vários aumentos, verificou-se, entre 2011 e 2013, uma redução dos tempos médios de espera das especialidades de cirurgia geral, ortopedia, urologia e dermatologia.

Entre 2012 e 2013, a oftalmologia e a ginecologia tiveram um aumento das listas de espera para cirurgia, sendo que as cirurgias de ortopedia, cirurgia geral e oftalmologia representaram 77% do total das cirurgias realizadas no HVFX.

Ao nível do serviço de urgência, entre 2010 e 2012 os atendimentos reduziram, contudo em 2013 aumentaram 6.000 atendimentos.

Em termos de maternidade, registo para uma média de 1.128 partos no HVFX, dos quais 28% são cesarianas. Entre 2007 e 2013 as interrupções voluntárias da gravidez aumentaram (182 para 553).

A área de influência do Hospital de Vila Franca de Xira abrange 12% da população concelhia num raio mínimo de 2,5 km (5m), 20% da população num raio médio de 2,5 km a 5 km (até 10m) e 30% da população num raio maior de 2,5 km a 7,5 km (até 15m).

No âmbito dos Centros de Saúde e outras unidades funcionais, importa salientar que, em 2014 no concelho existem, inseridos no ACES do Estuário do Tejo, 3 Centros de Saúde e 10 Unidades de Saúde, das quais 6 são Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e 4 Unidades de Saúde Familiar.

Em 2014, 79% dos utentes tinham médico de família, sendo gradual a taxa de utilização dos utentes nos centros de saúde. Em 2012 registou-se 2,2 consultas médicas por habitante nos centros de saúde do concelho. No ano seguinte registaram-se 307.103 consultas, com maior incidência na saúde de adultos (83%).

A área de influência das unidades de saúde é bastante satisfatória no que diz respeito à abrangência da população concelhia, ainda assim, reconhecem-se algumas lacunas na cobertura territorial, em particular nas localidades de Cachoeiras, São João dos Montes e Calhandriz.

No âmbito da rede nacional de cuidados continuados integrados, em 2014 localiza-se no concelho, 1 unidade de longa duração e manutenção (internamento), 3 equipas de cuidados continuados integrados, com resposta domiciliária, abrangendo na totalidade 35 camas.

Em termos dos serviços de saúde privados, registaram-se em 2011, 849 empresas de saúde humana e apoio social.

Relativamente a farmácias e parafarmácias, em 2012 registo de 27 e 19 respetivamente, sendo que se verificavam 0,2 farmácias por cada 1.000 habitantes.

Em 2013, administraram-se nos centros de saúde um total de 31.852 vacinas, das quais 51% corresponderam ao Tétano e Difteria (TD), seguida da Difteria, Tétano e Tosse Convulsa (DTP) totalizando 18% das vacinas.

Ao nível das doações de sangue registou-se uma diminuição de 24%, com maior predominância de doadores do sexo masculino.

Face aos consumos de registar em 2012, os seguintes dados: 2,31% dos utentes utilizadores das unidades de saúde eram fumadores, 722 utentes com história de abuso de álcool (0,9% do total dos utentes do concelho) - 91% abuso crónico e 9% abuso agudo e 153 utentes com comportamento de abuso de drogas (0,18%) do total dos utentes utilizadores das unidades de saúde do concelho).

#### **4. Territórios de Intervenção Prioritária**

Mediante a caracterização do concelho e depois de identificadas as principais problemáticas, não obstante a se verificar um aumento das situações daqueles que, vivendo até há relativamente pouco tempo numa condição de relativo desafogo e estabilidade económica, vêem-se de um momento para o outro numa situação de insegurança, por via de situações de desemprego súbito e de endividamento excessivo, é nos Bairros Sociais que assistimos a uma maior concentração de grupos particularmente vulneráveis, em particular emigrantes e minorias étnicas, tendo por isso, sido considerados territórios de intervenção prioritária.

Os territórios de intervenção prioritária considerados foram os Bairros localizados nas seguintes freguesias:

- União de Freguesias Castanheira e Cachoeiras - Bairro Social da Castanheira
  
- União de Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa - Bairro Social da Quinta da Piedade

- Freguesia de Vialonga - Bairro Social de Olival de Fora e Bairro Social Nascente do Cabo
  
- Freguesia de Vila Franca de Xira - Bairro Social de Povos

Assim, considerando a importância de uma intervenção articulada e concertada entre os diversos parceiros da RSVFX, foram identificadas as necessidades existentes em cada um dos territórios, assim como as estratégias de intervenção já implementadas, permitindo uma melhor análise das carências ainda existentes e conseqüentemente a definição de projetos/ ações complementares.

### Freguesia de Vialonga

#### Bairro Social Olival de Fora e Bairro Nascente do Cabo

| Necessidades encontradas /principais problemáticas   | Estratégias de intervenção /Respostas implementadas  | Entidades  |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desemprego de longa duração</li> <li>• Fenómenos de exclusão social em emigrantes e minorias (situações irregulares ao nível de documentação; ausências de rendimentos)</li> <li>• Baixo nível de escolarização, insucesso e abandono escolar</li> <li>• Criminalidade e Delinquência</li> <li>• Violência Doméstica</li> <li>• Adições (Alcoolismo e Toxicoddependência)</li> <li>• Problemas de saúde mental</li> <li>• Défice de competências sociais e parentais</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• GIP</li> <li>• Centro Comunitário de Vialonga</li> <li>• Atendimento Social</li> <li>• Centro Local de Apoio à integração do Imigrante - Programa de Apoio Alimentar</li> <li>• Biblioteca Municipal (CM)</li> <li>• Casa da Juventude (CM)</li> <li>• Orquestra Geração</li> <li>• CLDS (terminou julho 2014)</li> <li>• Projeto Acolher (terminou em Junho 2015)</li> <li>• NAT Alverca (APSDC)</li> <li>• Atendimento e acompanhamento de Processos de Rendimento Social de Inserção – RSI</li> <li>• Atendimento DGRSP</li> <li>• Atendimento CPCJ</li> </ul> | <p>IEFP e CM<br/>           CM c/ Protocolo com ACM<br/>           Agrupamento de Escolas de Vialonga<br/>           Animar e ACM (terminou em Julho de 2015)<br/>           APSDC<br/>           AISC – Protocolo ISS-IP<br/>           CPCJ<br/>           DGRSP</p> |

## União de Freguesias do Forte da Casa e Povoá de Santa Iria

### Bairro Social da Quinta da Piedade

| Necessidades encontradas /principais problemáticas   | Estratégias de intervenção /Respostas implementadas   | Entidades   |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desemprego de longa duração</li> <li>• Fenómenos de exclusão social em emigrantes e minorias (situações irregulares ao nível de documentação; ausências de rendimentos</li> <li>• Baixo nível de escolarização, insucesso e abandono escolar</li> <li>• Violência Doméstica</li> <li>• Adições (Alcoolismo e Toxicodependência)</li> <li>• Problemas de saúde mental</li> <li>• Défice de competências sociais e parentais</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• GIP</li> <li>• Gabinete de Intervenção social Atendimento Social<br/>Centro Local de Apoio à integração do Imigrante - Programa de Apoio Alimentar</li> <li>• Projeto Mais Forte</li> <li>• NAT Alverca (APSDC)</li> <li>• Atendimento e acompanhamento de Processos de Rendimento Social de Inserção – RSI</li> </ul> | <p>IEFP e Junta de Freguesia<br/>CM<br/>CM c/ Protocolo com ACM<br/>AISC – Protocolo ISS-IP<br/>APSDC</p> |

## Freguesia de Vila Franca de Xira

### Bairro Social de Povos

| Necessidades encontradas /principais problemáticas  | Estratégias de intervenção /Respostas implementadas  | Entidades                         |
|---|--|-----------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desemprego de longa duração</li> <li>• Fenómenos de exclusão social em minorias</li> <li>• Baixo nível de escolarização, insucesso e abandono escolar</li> <li>• Criminalidade e Delinquência</li> <li>• Violência Doméstica</li> <li>• Adições (Alcoolismo e Toxicodependência)</li> <li>• Problemas de saúde mental</li> <li>• Défice de competências sociais e parentais</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• GIP</li> <li>• Centro Comunitário de Povos --Atendimento Social<br/>Programa de Apoio Alimentar</li> <li>• Projeto Poder (Es)colher<br/>Acompanhamento psicossocial<br/>Acompanhamento Psicológico<br/>Acompanhamento Psicopedagógico<br/>Ateliers de treino de comportamentos Pessoais e sociais<br/>Grupo de Voluntariado jovem<br/>Sessões de sensibilização sobre diferentes temáticas (Bulling; igualdade de género;</li> <li>• NAT Castanheira (APSDC)</li> </ul> | <p>IEFP e CM<br/>CM<br/>APSDC</p> |

## União de Freguesia da Castanheira e Cachoeiras

### Bairro Social da Castanheira

| Necessidades encontradas /principais problemáticas  | Estratégias de intervenção /Respostas implementadas   | Entidades                         |
|---|---|-----------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desemprego de longa duração</li> <li>• Fenómenos de exclusão social em minorias</li> <li>• Baixo nível de escolarização, insucesso e abandono escolar</li> <li>• Violência Doméstica</li> <li>• Adições (Alcoolismo e Toxicodependência)</li> <li>• Problemas de saúde mental</li> <li>• Défice de competências sociais e parentais</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• GIP</li> <li>• Gabinete de Intervenção social Atendimento Social Programa de Apoio Alimentar</li> <li>• NAT Castanheira</li> </ul> | <p>IEFP e CM<br/>CM<br/>APSDC</p> |

### 5-Prioridades de Ação 2015 – 2020 por eixo de intervenção

Passaremos a elencar, por eixo de intervenção, ações, cujo objetivo primordial é a promoção da inclusão e coesão social do território, mediante o combate à pobreza e à exclusão social, com especial enfoque nos territórios de intervenção prioritária acima identificados.

## EIXO 1 – Família e Comunidade

### Objetivo Geral:

Melhorar as condições de vida da população, potenciando a qualidade das respostas existentes e das novas respostas sociais.

### 1.1 - Área de Intervenção: Crianças e Jovens

| Objetivos Específicos   | Ações  | Calendarização | Parceiros/Recursos   | Indicadores de Avaliação  |
|---|--|----------------|--|---|
| Promover as competências parentais  | Implementar programas/ações de parentalidade positiva  | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>IPSS's<br>Associações<br>CPCJ                               | N.º de participantes e n.º de ações realizadas  |
| Conhecer as necessidades de resposta ao nível da Saúde Mental                                       | Constituição de um Grupo de Trabalho com vista à criação e concertação de projetos/medidas de reforço do apoio pedopsiquiátrico e psicológico prestado às crianças e jovens com perturbações do foro mental e, respetivas famílias | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>ISS-IP<br>Hospital de Vila Franca de Xira<br>ACES<br>DEGEST<br>CPCJ                | N.º de ações/medidas propostas, n.º de entidades participantes e n.º de reuniões realizadas |
| Promover as competências pessoais e sociais de crianças e jovens e prevenir comportamentos de risco | Elaboração e dinamização de programas de promoção de competências e prevenção de comportamentos de risco   | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>DEGeT<br>CPCJ<br>APSDC – Projeto Poder (Es)colher<br>CEFIPSI – Projecto Mais Forte | N.º de ações desenvolvidas e n.º de Crianças e Jovens abrangidos                            |
| Promover iniciativas facilitadoras da inclusão social através de uma abordagem inovadora            | Elaboração e dinamização de um projeto com dimensão social e artístico que visa a integração de crianças e jovens residente nos bairros sociais recorrendo a atividades culturais e artísticas.                                    | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>DEGeT<br>ISS-IP<br>Associações                              | N.º de ações desenvolvidas e n.º de Crianças e Jovens abrangidos                            |

## EIXO 1 – Família e Comunidade

### 1.2 - Área de Intervenção: Pessoas Idosas

| Objetivos Específicos   | Ações  | Calendarização     | Parceiros/Recursos  | Indicadores de Avaliação  |
|---|--|--------------------|---|---|
| Conhecer as reais necessidades de respostas sociais ao nível da população idosa/dependente              | Atualização da base de dados que centraliza as respostas e equipamentos sociais  | 2015 - 2020        | Câmara Municipal<br>ISS – IP<br>IPSS's.<br>Associações                      | Base de Dados<br>Nº de instituições abrangidas                  |
| Criar respostas de apoio social à população idosa/dependente, através da mobilização da sociedade civil | Criação de um grupo de voluntários Seniores, integrado no Banco Local de Voluntariado, para apoio e acompanhamento à população idosa/dependente isolada.   | 2015 - 2020        | Câmara Municipal<br>IPSS's.<br>Associações                                  | Nº de voluntários/as envolvidos/as<br>Nº de pessoas abrangidas. |
| Promover a partilha e aprendizagem intergeracional  | Desenvolvimento de iniciativas intergeracionais que culminassem numa mostra final  | 1 ação por CSF/ano | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>DGEsTE<br>IPSS's.<br>Associações | Nº de ações realizadas.<br>Nº de idosos/as envolvidos/as        |
| Prevenir situações de risco associadas ao isolamento da população idosa/dependente                      | Desenvolvimento de ações de sensibilização integradas no programa “Idosos em Segurança”, destinadas à população idosa/dependente não institucionalizada ou que não tem relação com as instituições | 1 ação por CSF/ano | Câmara Municipal<br>ACES<br>GNR<br>IPSS's<br>Associações                    | Nº de ações realizadas<br>Nº de pessoas                         |

## EIXO 1 – Família e Comunidade

### 1.2 - Área de Intervenção: Pessoas Idosas

| Objetivos Específicos   | Ações  | Calendarização | Parceiros/Recursos  | Indicadores de Avaliação  |
|---|--|----------------|---|---|
| Criação de uma Comissão, enquanto estrutura consultiva, de suporte na definição de estratégias de intervenção na área do envelhecimento | Elaboração de todos os procedimentos inerentes à instalação da Comissão Municipal de Proteção à Pessoa Idosa | 2015 - 2020    | Câmara Municipal.<br>Juntas de Freguesia<br>ACES<br>HVFX<br>ISS-IP<br>IPSS's,<br>Comissões de Reformados<br>Forças de Segurança<br>Tribunal da Comarca de VFX | N.º de reuniões, n.º de entidades envolvidas e documentação produzida |
| Promover o envelhecimento ativo   | Dinamização de visitas ao Património dirigidas a Sêniores  | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>IPSS's<br>Associações  | N.º de participantes e n.º de visitas                                 |
| Assegurar o mapeamento de Idosos Isolados e/ou em risco   | Criação de uma base de dados a ser partilhada e atualizada pelos parceiros que intervêm com esta população   | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>ISS-IP<br>Forças de Segurança<br>ACES<br>Bombeiros<br>CMAI   | N.º de parceiros aderentes  |

## EIXO 1 – Família e Comunidade

### 1.3 - Área de Intervenção: Pessoas com Deficiência e Incapacidade

| Objetivos Específicos   | Ações   | Calendarização | Parceiros/Recursos   | Indicadores de Avaliação   |
|---|---|----------------|--|--|
| Criação da Comissão de Municipal para a Área da Deficiência   | Constituição de um Grupo de Trabalho com vista à implementação e dinamização da Comissão Municipal para a Área da Deficiência   | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>ISS-IP<br>Juntas de Freguesia<br>IPSS's<br>HVFX<br>ACES  | N.º de reuniões, n.º de entidades envolvidas e documentação produzida  |
| Apoiar a criação de projetos que visem a promoção da autonomia/ vida independente da pessoa com deficiência | Constituição de um Grupo de Trabalho com vista à criação e concertação de projetos/medidas de apoio à promoção da autonomia/independência da pessoa com deficiência, nomeadamente, a criação de uma estrutura de transição para a vida autónoma, sob a gestão de uma entidade local | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>ISS-IP<br>Juntas de Freguesia<br>IPSS's (Cercipóvoa, Cercitejo, APJ e ASBIHP, AIPNE)<br>HVFX<br>ACES<br>Mithós | N.º de reuniões, n.º de entidades envolvidas e documentação produzida  |
| Melhorar o conhecimento sobre as necessidades e direitos das pessoas com deficiência                        | Realização de ações informativas e de divulgação sobre a legislação em vigor no âmbito da deficiência   | 1 ação/ano     | Câmara Municipal<br>ISS-IP<br>IPSS's (Cercipóvoa, Cercitejo, AIPNE APJ e ASBIHP)<br>INR<br>Fenacerci<br>ONG (Mithós)               | N.º de ações desenvolvidas e n.º de entidades/participantes envolvidos |

## EIXO 1 – Família e Comunidade

### 1.3 - Área de Intervenção: Pessoas com Deficiência e Incapacidade

|  |  |             |  |  |
|--|--|-------------|--|--|
| Promover a integração profissional de pessoas com deficiência numa perspetiva de responsabilidade social | Dinamização de ações de divulgação/sensibilização sobre as mais-valias da contratação de pessoas com deficiência   | 2/ações ano | Câmara Municipal (Gabinete de Apoio ao Investidor)<br>ISS-IP<br>IEFP (GIP)<br>IPSS's (CerciPóvoa, CerciTejo, AIPNE APJ e ASHBIP)<br>ONG (Mithós)<br>ACIS<br>AERLIS | N.º de ações desenvolvidas e n.º de entidades/participantes envolvidos |
| Promover a eliminação de barreiras arquitetónicas  | Realização de obras de requalificação, com vista à melhoria das acessibilidades, no património edificado municipal, localizado em territórios desfavorecidos | 2015-2020   | Câmara Municipal   | N.º de intervenções  |

## EIXO 2 – Grupos Especialmente Vulneráveis

### Objetivo Geral:

Promoção da inclusão social e combater à pobreza e discriminação.

### 2.1 Áreas de Intervenção: Sem – Abrigo, Imigrantes, Minorias Étnicas e Vítimas de Violência

| Objetivos Específicos  | Ações   | Calendarização | Parceiros/Recursos  | Indicadores de Avaliação                               |
|--|---|----------------|---|--|
| Promover a integração dos indivíduos em condição de Sem – Abrigo e uniformização dos procedimentos de intervenção              | Elaboração de um Plano de Intervenção Municipal para os indivíduos em condição de Sem – Abrigo (levantamento e caracterização da população alvo, proposta de ações, dinamização das mesmas e avaliação) | 2015 – 2020    | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>Forças de Segurança<br>HVFX<br>ACES<br>ISS-IP<br>IPSS's<br>Associações | N.º de ações desenvolvidas e n.º de pessoas abrangidas |
| Aumentar o conhecimento sobre a Comunidade Cigana do concelho, com especial enfoque na residente em territórios desfavorecidos | Levantamento do modo de vida da comunidade cigana na perspetiva da mulher cigana e elaboração de um documento que ilustre os hábitos culturais e quotidianos desta comunidade                           | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>Juntas de Freguesia<br>Forças de Segurança<br>HVFX<br>ACES<br>ISS-IP<br>IPSS's<br>Associações | Elaboração do documento                                |



## EIXO 2 – Grupos Especialmente Vulneráveis

### 2.1 Áreas de Intervenção: Sem – Abrigo, Imigrantes, Minorias Étnicas e Vítimas de Violência

| Objetivos Específicos  | Ações   | Calendarização | Parceiros/Recursos  | Indicadores de Avaliação |
|--|---|----------------|---|--------------------------|
| Promover a rutura com situações de vitimização criando os meios e as estratégias para que possam exercer os seus direitos fundamentais e constitucionais | Criação de uma Rede Territorial de Apoio à Vítima | 2015 - 2020    | Câmara Municipal<br>ISS-IP<br>IPSS's<br>Forças de Segurança<br>HVFX<br>ACES | N.º pessoas apoiadas     |

## EIXO 3 – Emprego, Empreendedorismo e Qualificação profissional

### Objetivo Geral:

Promover a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, criando condições que permitam melhorar o acesso ao mercado de trabalho.

### 3.1 Áreas de Intervenção: Emprego, Empreendedorismo e Qualificação profissional

| Objetivos Específicos   | Ações  | Calendarização | Parceiros/Recursos   | Indicadores de Avaliação                                |
|---|--|----------------|--|---|
| Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho                | Celebração de protocolos com empresas com vista à integração de jovens em contexto de trabalho                   | 2015-2020      | Câmara Municipal<br>IEFP<br>ACIS<br>AERLIS<br>IPSS's<br>Entidades Privadas | N.º de protocolos celebrados e n.º de jovens abrangidos |
| Melhorar as competências da população com baixas qualificações      | Realização de ações de formação dirigidas à população com baixas qualificações                                   | 2015-2020      | Câmara Municipal<br>IEFP/CFPA<br>DEGeT<br>ACIS<br>AERLIS<br>IPSS'S         | N.º de ações e n.º de participantes                     |
| Promover o empreendedorismo junto das crianças e jovens             | Dinamização de atividades dirigidas a crianças e jovens com vista à elaboração de projetos empreendedores        | 2015- 2020     | Câmara Municipal<br>DEGeT<br>ACIS<br>AERLIS<br>IPSS's                      | N.º de ações e n.º de participantes                     |
| Promoção do empreendedorismo e implementação de projetos de negócio | Dinamização de ações de divulgação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira | 2015-2020      | Câmara Municipal<br>IEFP/CFPA  | N.º de ações e n.º de participantes                     |

## 6 – Avaliação

A expansão da pobreza e da exclusão social na sequência da atual conjuntura internacional, a par dos mecanismos criados para lhes fazer face, concorrem para a relevância acrescida do Programa da Rede Social.

Depois do ciclo da experimentação e do ciclo da institucionalização, o Programa da Rede Social encontra-se numa fase de consolidação, a qual tem subjacente os seguintes pressupostos:

- Reconhecimento implícito da existência de especificidades de cada território e respetivas populações, na manifestação dos problemas e nas respostas a construir;
- Construção de formas de governança local, que possibilitem a mobilização das redes sociais formais e informais de pequena escala, que promovam a cooperação intersectorial e a cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil;
- Identificação de formas de governança multinível e intersectorial.

Face ao exposto, torna-se fundamental capacitar os técnicos e os parceiros para a necessidade de articular toda e qualquer intervenção social local e, ao mesmo tempo, proceder à monitorização e avaliação da mesma.

Nesta medida, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação, deverão também estar sujeitos a uma monitorização contínua, que lhes permita adaptarem-se constantemente às alterações da sociedade com vista à prossecução dos objetivos planeados/concertados.

Nos termos do estatuído no Regulamento interno do CLASVFX, caberá ao Núcleo Executivo assumir a responsabilidade pelo acompanhamento e execução do Plano de Desenvolvimento Social concelhio, pela promoção da articulação e pela convergência do mesmo como os Planos de Ação, por forma a garantir os seguintes aspetos:

- Coerência Interna;
- Viabilidade das ações programadas;
- Eficácia das ações previstas/realizadas;
- Participação dos parceiros e da população – alvo.

## Bibliografia

Cadernos Temáticos do Diagnóstico Social de Vila Franca de Xira 2015 - 2020, CLAS de Vila Franca de Xira

Plano de Desenvolvimento Social de Vila Franca de Xira 2010 – 2013, CLAS de Vila Franca de Xira